



IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA - PÁGINA 7

Ministro de Governo de Temer, Marun é réu por prejuízo de R\$ 16,6 milhões aos cofres públicos

Após aprovar reforma, Governo retira mais de R\$ 390 milhões de servidores para pagamentos



Desde segunda-feira (4), quando a lei que alterou as regras da previdência dos servidores em Mato Grosso do Sul foi sancionada e publicada, R\$ 390 milhões foram transferidos do Regime Próprio de Previdência dos Servidores para outras finalidades. Páginas 4 e 5

DEPUTADOS QUE VOTARAM A FAVOR DA REFORMA DA PREVIDÊNCIA ESTADUAL



SAÚDE - PÁGINA 3

Três Lagoas recebe nova Unidade Regional da Caixa dos Servidores



QUALIDADE DE VIDA - PÁGINA 6

Setor psicossocial é uma realidade para servidor graças a pedido do Sindetran-MS

SINDIJUS - PÁGINA 2

Fenajud: X Conseju aprova contas de 2016 e elege nova gestão "Novo Tempo"

CONFRATERNIZAÇÃO - PÁGINA 8

Associados prestigiaram Baile da Garrucha da Aspra-MS

Fenajud: X Conseju aprova contas de 2016 e elege nova gestão “Novo Tempo”

II O Congresso Nacional da Fenajud (Federação Nacional dos Trabalhadores do Judiciário nos Estados) chegou em sua décima edição este ano. No dia 8 os delegados dos sindicatos do Poder Judiciário de todas as regiões brasileiras, eleitos em suas bases, elegeram por aclamação a nova diretoria da Federação. A posse foi realizada logo após o resultado ser divulgado. Os novos membros irão presidir os trabalhos no próximo triênio.

Da Redação
redacao@publico.inf.br

A Chapa “Novo Tempo – Por uma Fenajud Democrática e de Luta”, única inscrita para o pleito, tem como Coordenadores-Gerais Janivaldo Ribeiro Nunes – Sinsjusto-TO, José Roberto Pereira – Sindijus-PR e Sandra Margareth Silvestrini de Sousa – Serjusmig-MG.

Janivaldo Ribeiro, que faz parte da coordenação



José Roberto acredita que o X Conseju foi um grande divisor de águas na história da Fenajud

colegiada, disse acreditar muito no lema da nova direção, “Com a denominação “Novo Tempo”, você já percebe a mudança, pela composição da nova diretoria colegiada a nova diretoria contempla quase todos os estados brasileiros, de todas as regiões brasileiras. A região norte conseguiu chegar à coordenação-geral da Fenajud, algo que no modelo atual não seria fácil. Com essa nova direção vamos poder avançar muito na questão democrática, interna e externa. Creio que a Fenajud saiu muito mais fortalecida deste Congresso”.

José Roberto acredita que o X Conseju foi, sem dúvidas, um grande divisor de águas na história da Fenajud. Por meio de um processo legítimo e democrático, fomos eleitos para trabalhar juntos e construir uma Federação mais justa e transparente. Na atual conjuntura de ataque aos direitos dos servidores públicos e de tentativa de destruição do Estado de bem estar social, é momento de união de todos para que possamos juntos resistir a essa ofensiva contra todos os trabalhadores do Brasil. “Quero aqui agradecer a confiança depositada na Chapa Novo Tempo, bem como reiterar minha disposição de trabalhar diuturnamente pelo bem de todos os servidores do Poder Judiciário em nosso país”, afirma.

Enquanto isso, a coordenadora-geral, Sandra Silvestrini, acredita que “a importância da elei-

ção de uma nova chapa para a Fenajud é que ela aglutina um número maior de entidades sindicais, e o papel da Federação é exatamente esse, representar os trabalhadores de todos os estados. No momento em que a chapa é eleita, com esse lema: Novo tempo – Por uma Fenajud Democrática e de Luta, e aglutinando mais sindicatos, ela tem mais força para enfrentar todos os obstáculos, que aumentaram nos últimos anos. Vamos fortalecer a Federação e por consequência a luta dos trabalhadores do Judiciário dos Estados”.

O Congresso recebeu mais de 300 pessoas, entre delegados, observadores e participantes. As atividades foram encerradas no sábado (09). Nos três dias os participantes tiveram acesso ainda a debates sobre alguns temas que fazem parte do cotidiano da categoria.

Chapa Novo Tempo

COORDENAÇÃO GERAL

Janivaldo Ribeiro Nunes – Sinsjusto-TO

José Roberto Pereira – Sindijus-PR

Sandra Margareth Silvestrini de Sousa – Serjusmig-MG

COORDENAÇÃO DA SECRETARIA GERAL

Dionizio Jânio Barbosa de Souza – Sintaj-BA

COORDENAÇÃO DE FINANÇAS

Roberto Eudes Fontenele Magalhães – Sindjustiça-CE

COORDENAÇÃO DE ASSUNTOS JURÍDICOS

Wagner de Jesus Ferreira – Sinjus-MG

COORDENAÇÃO DE COMUNICAÇÃO

Adriana Magaly Pondé de Brito – Sintaj-BA

COORDENAÇÃO DE FORMAÇÃO SINDICAL

Bernardino de Sena Fonseca – Sindjustiça-RN

COORDENAÇÃO DE POLÍTICA SINDICAL

E RELAÇÕES INTERNACIONAIS

Ednaldo Martins Silva Oliveira – Sindijus-SE

COORDENAÇÃO DE SAÚDE DOS

TRABALHADORES E PREVIDÊNCIA

Guilherme Pires Fiuza Lima – Sinjusc-SC

COORDENAÇÃO DE ASSUNTOS PARLAMENTARES

Fabiano Reis de Oliveira – Sindijus-MS

COORDENAÇÃO DE GÊNERO, ETNIA E GERACIONAL

Ana Paula Araújo Rodrigues – Serjal-AL

COORDENAÇÃO REGIONAL SUL

Marco Aurélio Velleda – Sindijus-RS

COORDENAÇÃO REGIONAL SUDESTE

Climene Araújo Rodrigues – Sindijudiciário-ES

COORDENAÇÃO REGIONAL CENTRO-OESTE

Andrea Ferreira – Sindijus-PR

COORDENAÇÃO REGIONAL NORDESTE

Alexandre Lima Santos – Sindijustiza-RN

COORDENAÇÃO REGIONAL NORTE

Ione Amaral Oliveira – Sintjam-AM

CONSELHO FISCAL

Titulares

Marcelo Ferreira Souza – Sindjus – SE

Rui Viana da Silva – Serjusmig – MG

Reinaldo Vital Rios – Serjal – AL

Suplentes

Pedro Helker Alves de Alcântara – Sindijustiza – CE

Renilson Toninho da Silva – Sindijudiciário – ES

Juçara Dias Leopoldo – Sinjur – RO

CONTAS APROVADAS

Ainda no 2º dia do Congresso as contas da Federação, do exercício 2016, foram apresentadas pelo membro do Conselho Fiscal, da Gestão Consciência e Luta, Renilson Tonini da Silva (Sindjudiciário/ES). Após apresentação do relatório, o mesmo foi colocado em votação e, aprovado pela maioria dos presentes.

Três Lagoas recebe nova Unidade Regional da Cassems

II A Caixa de Assistência dos Servidores do Estado de Mato Grosso do Sul (Cassems) inaugurou, no último sábado (09), a nova Unidade Regional de Três Lagoas. A nova estrutura, que fica na Rua Marçílio Dias, 318, no bairro Colinas, vai oferecer mais conforto aos beneficiários Cassems de Três Lagoas e de outros 11 municípios da região do Bolsão. A nova Unidade Regional também abriga o novo Centro Odontológico da Caixa dos Servidores no município.

Da Redação
redacao@publico.inf.br

A nova Unidade Regional de Três Lagoas contará com sala de espera, sala de atendimento, perícia médica, além de um novo ambulatório odontológico. A diretora da Cassems do Interior, Sonilza Lima, conta que a antiga estrutura já não comportava o crescimento da Caixa dos Servidores.

“Essa nova estrutura é um presente que a Cassems dá aos beneficiários de Três Lagoas e região, porque há muito tempo que a nossa antiga Unidade Regional não nos atendia da maneira esperada. Então, hoje estamos entregando essa nova estrutura ampliada, com um Centro Odontológico novo, tudo isso para oferecer um melhor atendimento aos nossos beneficiários”, avalia Sonilza.



Nova estrutura vai melhorar o atendimento aos beneficiários de Três Lagoas e de outros 11 municípios da região do Bolsão

O gerente regional da Cassems em Três Lagoas, Aelton Amancio Oliveira, explica que, além de comodidade e conforto, a nova estrutura também agilizará muitas questões administrativas.

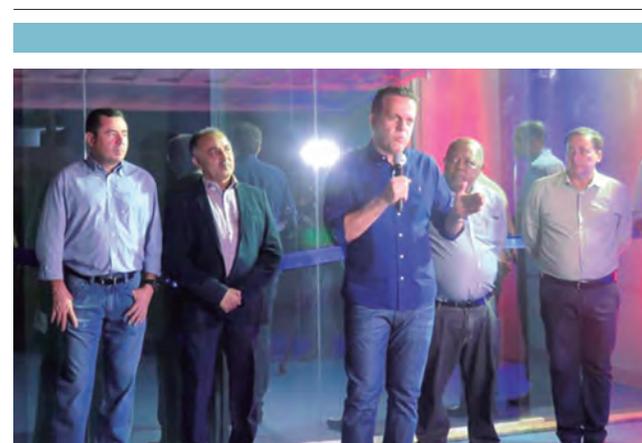
“Três Lagoas está sendo agraciada no fim de ano com essa nova unidade, porque nosso município merece uma estrutura melhor, um espaço maior. Anteriormente, a gente utilizava um espaço que era do antigo Previsul e que não nos atendia da forma que entendemos e agora a nossa estrutura está bem

mais adequada, moderna e aconchegante. Além disso, a Unidade Regional está perto do nosso hospital e isso facilita bastante, principalmente as questões administrativas”, analisa Oliveira.

Para o presidente da Cassems, Ricardo Ayache, destaca que a nova Unidade Regional de Três Lagoas atende um antigo pedido dos beneficiários e que, com ela, os beneficiários terão mais tranquilidade e agilidade.

“Essa Unidade Regional vem atender a uma

antiga reivindicação do nosso beneficiário por uma sede mais moderna, mais estruturada, para atender as questões administrativas com maior tranquilidade e também com maior agilidade. Além disso, estamos entregando um novo Centro Odontológico mais moderno para poder atender com a qualidade que sempre imaginármos. Então, é uma unidade nova, equipada, que vai ao encontro de tudo o que nós pregamos que é um trabalho honesto, ágil, profissional e com qualidade”, pontua Ayache.



“Essa Unidade Regional vem atender a uma antiga reivindicação do nosso beneficiário por uma sede mais moderna, mais estruturada, para atender as questões administrativas com maior tranquilidade e também com maior agilidade”

Ricardo Ayache
Presidente da Cassems

Após aprovar reforma, Governo retira mais de

II Após aprovar a reforma da previdência dos servidores estaduais, articulada depois de pressão do Congresso Nacional em aprovar a reforma no Brasil, que ainda sequer foi avaliada, com ajuda do agora ministro de Governo Carlos Marun (PMDB) no Estado, o governador Reinaldo Azambuja já fez decretos de suplementação orçamentária retirando R\$ 167.725.000,00 da reserva do Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores Públicos (RPPS) e transferindo para o pagamento de benefícios. O total retirado do regime próprio da previdência só em dezembro já atinge R\$ 390 milhões.

Da Redação
redacao@publico.inf.br

Dos R\$ 167,7 milhões cancelados do RPPS hoje, R\$ 139,3 milhões serão utilizados para “garantir os meios de subsistência a inativos e pensionistas” e um montante menor usa R\$ 28,3 milhões dos recursos da previdência para “garantir o pagamento de benefícios previdenciários aos ativos”.

Na terça-feira, decreto semelhante já havia cancelado R\$ 222,7 milhões da reserva do RPPS, e destinado a rubrica “garantir os meios de subsistência a inativos e pensionistas”.

O valores do RPPS que foram cancelados estavam no Grupo de Natureza de

Despesa (GND) número 9, referente à “reserva de contingência”. Os recursos foram destinados ao GND número 3, “outras despesas correntes”

O valor é muito próximo da quantia que estava disponível no recém-extinto Plano Previdenciário dos servidores, onde as contribuições dos servidores que ingressaram no serviço público após 2012 eram depositadas em uma conta separada, visando o período em que eles se aposentarem.

A reforma na previdência estadual aprovada no fim de novembro, uniu os planos Financeiro (deficitário) e Previdenciário (superavitário), e ainda elevou o percentual de contribuição dos servidores públicos, e ainda a contribuição patronal.

Com promessa de valorização do servidor público durante a campanha, o governo de Reinaldo Azambuja (PSDB) desdenhou o funcionário desde a primeira conversa sobre reajuste e como nunca antes, deixou os servidores sem ganho real já há três anos.

Logo após ser eleito, prometeu o Tereré com o Servidor, para estabelecer diálogo permanente com todas as categorias de servidores.

“Durante a campanha vimos categorias desmotivadas justamente por

DEPUTADOS QUE VOTARAM A FAVOR DA REFORMA DA PREVIDÊNCIA ESTADUAL



Votação

Em uma sessão que durou cerca de 25 minutos, os deputados estaduais aprovaram, por 13 votos a 7, a reforma da previdência dos servidores.

Foram favoráveis os deputados Beto Pereira (PSDB), Herculano Borges (SD), Mara Caseiro (PSDB), Paulo Corrêa (PR), Zé Teixeira (DEM), Eduardo Rocha (PMDB), Enelvo Felini (PSDB), Onevan de Matos (PSDB), Rinaldo Modesto (PSDB), Antonieta Amorim (PSDB), George Takimoto (PSDB), Marcio Fernandes (PMDB) e Renato Câmara (PMDB).

Ausentes na sessão, os deputados Felipe Orro (PSDB), Maurício Picarelli (PSDB) e Grazielle Machado (PR). “Fizemos a nossa parte, tentamos alertar o Executivo e o

falta de conversa e sem condições adequadas de trabalho. No interior vi delegacias caindo na cabeça de policiais e sabemos que existem categorias com baixo efetivo, sem estrutura e jornada de trabalho que não é compatível. Vamos discutir essas mudanças”, chegou a declarar Azambuja na época.

Passados três anos de

gestão, somente neste mês, programou-se para destinar a maior parte da verba pública de 2018 para a previdência, mais de R\$ 2 bilhões, sem nem especificar como será feita a gestão deste recurso e colocou o projeto de reforma da previdência estadual para tramitar e ser aprovado na Assembleia, desarranjando todas as conquistas feitas pelos

Legislativo. Esse projeto carece de legalidade, mas perdemos”, lamentou um dos representantes do Fórum de Servidores de MS, o tenente Thiago Mônico, presidente da Absms (Associação Beneficente dos Subtenentes, Sargentos e Oficiais Oriundos do Quadro de Sargentos Policiais e Bombeiros Militares de MS).

Os sindicalistas afirmam que tentaram dialogar com o governo para expor razões contrárias ao projeto, mas não foram ouvidos, e também reclamam da base aliada do governador Reinaldo Azambuja (PSDB), na Assembleia, que não atendeu os pedidos da categoria.

“Suplicamos ao presidente (Júnior Mochi) e olha o que passamos, esse constrangimento, sendo atacados com bombas. O que nos resta é judicializar”, finalizou Mônico.

funcionários nos últimos anos.

Neste ano, ainda, o governo começou a sofrer a sua maior derrocada, envolto nas denúncias dos irmãos Wesley e Joesley Batista, da JBS, que colocaram Reinaldo no olho do furacão. Amigo próximo de Ivanildo Miranda, Azambuja amarga ainda a delação premiada que o

empresário, coordenador de campanha de André Puccinelli, fez em acordo com a Polícia Federal. Sob sigilo, os sul-mato-grossenses ainda não sabem onde a íntegra da delação pode comprometer Reinaldo. Na delação da JBS, ficou registrado o uso de caixa 2 pelo tucano, fato que gerou denúncia no STJ, devido ao foro privilegiado.

R\$ 390 milhões de servidores para pagamentos

Previdência

Os coordenadores do Fórum de Servidores, que representam os mais de 70 mil funcionários públicos do Estado, conseguiram adiar a votação do projeto em uma semana, mas fechado ao diálogo, o governo conseguiu emplacar a que é considerada maior perda: a junção dos fundos de previdência. Na manifestação, o plenário da Casa foi ocupado pelos servidores, que jogaram cédulas de notas 'falsas' nos deputados.

De acordo com os representantes, que se mobilizaram durante todos os dias em uma invasão histórica ao plenário da Casa de Leis, a união dos fundos previdenciários de antes de 2012, que são deficitários em cerca de R\$ 80 milhões ao mês antes deste prazo, é prejudicial.

Os sindicalistas afirmam que a unificação dos fundos previdenciários, sendo que o criado em 2012 apresenta um superávit de R\$ 377 milhões, é inviável, e que no prazo máximo de cinco meses ambos se tornariam deficitários. Eles temem que o aumento de alíquota incida apenas para servidores que recebem acima do teto da previdência, R\$ 5,5 mil.

Isso porque a estratégia

Descaso com os servidores

Antes da votação, quando o projeto foi aprovado na CCJR (Comissão de Constituição, Justiça e Redação), uma aposentada reclamou do descaso com os funcionários públicos com o deputado Beto Pereira (PSDB) na Assembleia Legislativa durante manifestação do Fórum dos Servidores. Irritado, o deputado disse que estava aprovando a reforma para que a servidora 'não fosse para um abrigo'.

– A gente estava lá, pedindo voto para você. E o que você está fazendo com a gente hoje? Falando o que para nós? Men-

tindo descaradamente para nós, Beto! O que você está fazendo com nós, servidores públicos? Aposentados? Demos nossa vida para esse Estado – eu sou servidora da divisão desta porcaria de Estado e sempre estive presente apoiando vocês!

– Estamos garantindo a aposentadoria para a senhora. Para a senhora não ir para um abrigo depois porque não recebeu”, rebateu o tucano.

Os servidores que acompanharam o diálogo ficaram indignados com a grosseria do deputado.

do Governo em aprovar a reforma da previdência no afogadilho, sem ampla discussão, revela o desespero do governador, que não tem dinheiro para pagar o 13º dos 75 mil servidores públicos estaduais. Ele planeja sacar a verba milionária do fundo do MSPrev, criado após 2012 para pôr fim aos déficits no pagamento de aposentadorias e pensões.

Além disso, Reinaldo deixou de repassar R\$ 18 milhões referentes aos repasses previstos em outubro, novembro, dezembro e 13º salário. Outros R\$ 11,6 milhões não foram repassados em janeiro e fevereiro para o MS Prev.

Segundo o presidente do conselho, Francisco Carlos

de Assis, ao somar os meses de março e abril, o débito da administração estadual com o fundo chega a R\$ 34 milhões. Atualmente, o déficit previdenciário de Mato Grosso do Sul está em R\$ 1 bilhão e que o montante cresce 20% a cada ano, sem contar os R\$ 34 milhões utilizados pela gestão tucana para pagar fornecedores e o próprio salários dos servidores.

Das 26 emendas apresentadas ao projeto, só duas foram rejeitadas, ambas de autoria de Cabo Almi (PT), que, segundo o presidente da CCJ, deputado Beto Pereira (PSDB), mudavam a essência da proposta, que agora prevê o escalonamento do aumento da alíquota.

Os deputados aprovaram aumento escalonado da alíquota de contribuição da previdência, que em 2018 será de 12% (do salário bruto do servidor), chegando a 13% em 2019, e 14% em 2020. Os aumentos ocorrerão sempre no mês de maior. Já a contribuição patronal será de 24% em 2018 e 25% em 2019.

Os servidores estaduais não foram recebidos pelo governo de Reinaldo para discutir a reforma da previdência. Os deputados estaduais se reuniram a portas fechadas, junto com o secretário estadual de governo, Eduardo Riedel (PSDB). Do lado de fora, cerca de mil pessoas lotaram as dependências da Casa.

Até o conselheiro do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul, Jerson Domingos, deixou de lado a neutralidade e a de não falar mais sobre política para atacar a postura do relator da reforma.

“O que esse deputado fez, é um absurdo. É imperdoável. Ele destruiu todas as conquistas do funcionalismo público construídas em 2012 por nós com o governo André Puccinelli”, afirmou. Na época, Jerson era o presidente da Assembleia Legislativa. O

conselheiro demonstrou claramente o seu inconformismo e a sua insatisfação com o deputado tucano quando declarou: “Só tenho um arrependimento na minha jornada política, que foi pedir voto a Beto Pereira”.

Para Jerson, o parlamentar traiu a confiança do funcionalismo por “destruir um sonho”. O conselheiro disse que Beto “tomou medida impensada e desumana” em retirar benefícios dos servidores da Previdência Estadual.

Mudanças

Haverá, já a partir de 2018, aumento da alíquota de 11% para 14% somente para servidores que recebem acima do teto da previdência, o equivalente a R\$ 5.531,00.

Números da SAD (Secretaria de Estado de Administração) dão conta que 75% dos servidores, cerca de 75% do total de funcionários do Estado, não sofrerão reajuste na contribuição previdenciária.

A contribuição patronal saltará no próximo ano de 22% para 25% (o projeto inicial previa aporte de 28%).

O deputado Pedro Kemp (PT) explicou que uma das emendas prevê que os três pontos percentuais que aumentaram na contribuição patronal serão destinados para recompor o Fundo Previdenciário.

Haviam dois fundos, ou duas massas, um criado em 2012, com superávit de quase R\$ 400 milhões, e outro mais antigo, que custeava a maioria das aposentadorias em Mato Grosso do Sul, com déficit mensal na casa dos R\$ 80 milhões. O projeto unificou os fundos.

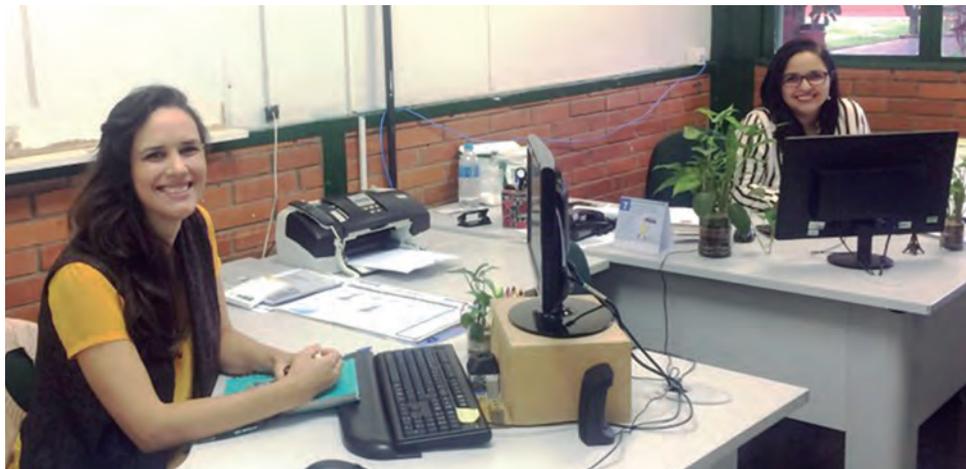
Além do aporte mensal dos três pontos percentuais, o governo deverá fazer um levantamento dos bens do antigo Previsul (Instituto da Previdência Social de Mato Grosso do Sul) que poderão, também, ser integrados ao fundo previdenciário, chamado de Plano de Previdência Único.

Setor psicossocial é uma realidade para servidor graças a pedido do Sindetran-MS

II Instalado no início do mês de novembro, o Setor de Atendimento Psicossocial do Detran foi um pedido feito pelo Sindicato dos Servidores do Detran (Sindetran-MS) à nova diretoria do órgão. Com diversos atendimentos ao longo do dia, projetos de palestras voltadas para o servidor, o setor se prepara para fazer uma triagem com todos os servidores do órgão para planejar o atendimento, inclusive aos servidores do interior do Estado.

Da Redação
redacao@publico.inf.br

O projeto de atendimento psicológico aos servidores do DETRAN foi criado pela servidora do quadro Rebeca Moreira. Ela conta que o projeto foi apresentado para diretoria do órgão no início de 2017, mas não houve espaço para a implantação. “Quando apresentei não houve abertura para o projeto. Depois da mudança na diretoria, o Bruno do Sindetran-MS, me pediu o projeto e as coisas aconteceram. O diretor administrativo me chamou e conseguimos implantar, ainda mais como setor de assistência social, que não estava previsto, mas que completou o projeto”, explica Rebeca.



Hoje os servidores têm acompanhamento psicológico e de assistência social

O setor psicossocial conta com o atendimento psicológico, realizado pela servidora Rebeca e atendimento da assistente social Patrizia Herraon, também do quadro de servidores do Detran. Patrizia faz o acompanhamento social e auxilia servidores como Marcia Clara Pereira, que procurou o setor para buscar informações sobre a aquisição de veículo com redução de impostos para deficientes físicos. “Algumas ações do Detran são ótimas, mas não se fala aqui dentro do órgão. Não há direcionamento aos servidores. Por isso vim buscar informações somente agora. E a Patrizia está me orientando sobre isso”, conta Márcia. A servidora, que está no quadro do Detran há 36 anos, também está recebendo acompanhamento do setor psicossocial para a aposentadoria, que é um dos projetos do setor.

Valorização do servidor

Para o presidente do Sindicato dos Servidores do Detran (Sindetran-MS) o setor psicossocial é uma conquista merecida dos servidores. “Nossos servidores precisam de um setor de acompanhamento psicossocial. A efetivação desse setor é extremamente importante para que de fato aconteça uma valorização dos servidores, principalmente pelo setor ser formado por servidores do quadro. O Sindetran-MS vai continuar batalhando pelos direitos e pela valorização dos servidores do Detran, inclusive com o pedido para que o setor seja incorporado ao organograma do órgão”, afirmou Sakai.

Para a assistente social Patrizia, trabalhar na sua área no Detran é sonho que se realiza. “Tinha a certeza que não conseguiria trabalhar na minha área aqui no Detran. Não tem no quadro, não tem na carreira. O que está acontecendo é um sonho, saber que posso trazer benefícios a esses funcionários”, comenta Patrizia.

“Estávamos precisando desse setor mesmo. Nós servidores só tivemos perdas, principalmente neste ano. A única coisa de bom que os servidores do Detran ganharam esse ano foi o Sindicato (Sindetran-MS) novo e esse setor psicossocial”, enfatiza Marcia Clara.

Marcia Clara conta que essa é a primeira vez que recebe esse tipo de suporte no órgão.

Palestras de aconselhamento

Desde que foi criado, o Setor Psicossocial vem promovendo palestras com diversos temas relacionados aos servidores. Entre os assuntos já tratados estão suicídio, depressão, autoestima e valorização da vida. “Em dezembro temos um ciclo de palestra e estamos fechando um projeto de ter ao menos uma vez no mês, uma palestra com vários assuntos como finanças, saúde, atividade física, estresse, tudo como planejamento para o ano que vem”, conta Patrizia.

O setor ainda está acompanhando os servidores que estão afastados, com assistência psicológica ou direcionamento a psiquiatra e psicólogo, através de uma parceria com a Cassems. Com o suporte de dados dos Recursos Humanos, o setor vai diagnosticar as maiores causas de afastamento de servidores. “Estamos verificando quais as questões de saúde que aconteceram em 2017, para estar atuando com intervenções. Se os afastamentos são por saúde mental, estresse, com base nos atestados médicos. Além disso, estamos fazendo um levantamento de quantas pessoas estão em transição de aposentadoria, para acompanhar esse processo”, exemplificou Rebeca Moreira.



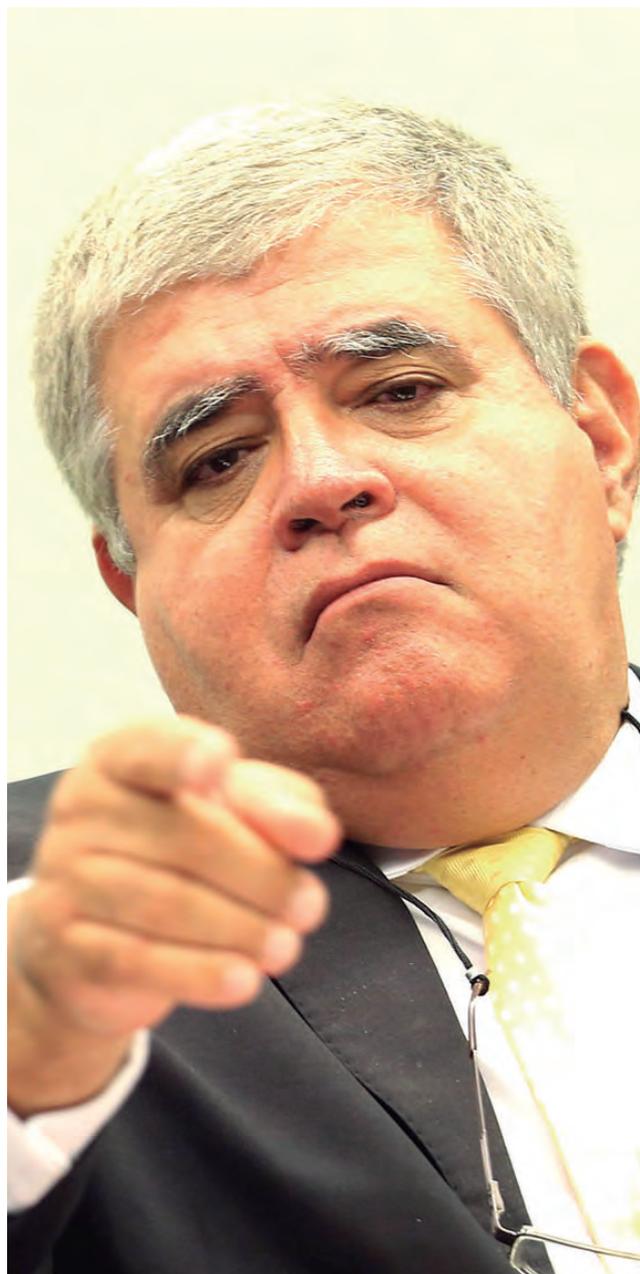
Ministro de Governo de Temer, Marun é réu por causar lesão de R\$ 16,6 milhões aos cofres públicos

II Empossado na sexta-feira (15) como Secretário de Governo do presidente Michel Temer, Carlos Marun, relator da CPI mista da JBS, é réu em processo por improbidade administrativa quando era presidente da Agência de Habitação Popular de Mato Grosso do Sul (Agehab). Em denúncia do Ministério Público Estadual, aceita pela Justiça, Marun é acusado, com outros 13 réus, por causar lesão ao erário em valores estimados em R\$ 16,6 milhões.

Da Redação
redacao@publico.inf.br

Marun se notabilizou, na Câmara dos Deputados, como integrante da tropa de choque do deputado Eduardo Cunha, preso e condenado na Operação Lava Jato. Gaúcho de nascimento, fez carreira política no PMDB de Mato Grosso do Sul. Foi vereador (2005-2007) e deputado estadual (2007-2014). Licenciou-se para ser secretário de Habitação e Cidades e presidente da Agência de Habitação Popular, a convite do governador peemedebista André Pucinelli (2007-2014).

Em junho de 2013, o Ministério Público Estadual, com a assinatura do pro-



Deputado Carlos Marun

motor Fabrício Proença de Azambuja, denunciou a Agehab por “agir de má-fé” ao descumprir um termo de ajustamento de conduta que mandava realizar concurso público para preenchimento dos cargos - e “a privilegiar e empresa Dighito com contratos milionários” de terceiri-

zação. Segundo a denúncia, os contratos e os aditivos entre a Agehab e a Dighito, constantes nos autos, “movimentaram a quantia de R\$ 16.644,202,00”.

“A Agehab tem desrespeitado o princípio do concurso público, se valendo de terceirizações

Perfil

Integrante da “tropa de choque” que atuou na Câmara para barrar as denúncias da Procuradoria Geral da República contra Temer, Carlos Marun está no primeiro mandato como deputado federal e é o atual vice-líder do PMDB na Casa. Marun também foi o presidente da comissão especial que analisou a reforma da Previdência.

O agora ministro também integrou, entre 2015 e 2016, a “tropa de choque” que defendia o hoje deputado cassado Eduardo Cunha (PMDB-RJ) no Conselho de Ética da Câmara.

irregulares para suprir a falta de servidores públicos concursados”, diz a denúncia do MPE. “Os diretores da Agehab e os sócios da empresa Dighito também incorreram em ato de improbidade que causa prejuízo ao erário, pois se verifica que os contratos celebrados entre a empresa e a Agehab foram superfaturados, e tiveram aumentos mais do que generosos ao longo dos anos, com a nítida intenção de causar prejuízo ao Estado de Mato Grosso do Sul e beneficiar a empresa Dighito e seus sócios”.

Ministro

À frente da Secretaria de Governo, Carlos Marun será responsável pela articulação política do governo. Caberá a ele a interlocução entre o Palácio do Planalto e o Congresso Nacional.

O nome de Marun para o ministério já era cotado desde novembro e chegou a ser anunciado nas redes sociais do Palácio do Planalto. A mensagem, contudo, foi logo apagada. Isso porque houve reação de Imbasahty, que ganhou uma pequena sobrevida no cargo.

Como ministro, Marun terá como principal desafio neste ano a busca por votos a favor da reforma da Previdência Social. A expectativa é que ele melhore o ambiente na bancada do PMDB e no “Centrão” a favor da reforma.



Funcionários

Segundo a denúncia, durante o período de 2012/2013, a Dighito tinha 38 funcionários prestando serviços à Agehab, o que custava ao Estado, por mês, R\$ 325.675,25, ou R\$ 8.570,40 por funcionário. “Dos depósitos prestados pelos funcionários da empresa é possível perceber que são pessoas simples, que recebem na sua maioria salários em torno de R\$ 1 mil, donde se concluiu que tem alguém ganhando muito dinheiro com esta terceirização e não são os funcionários”, diz o MPE. “Não é difícil perceber por que o capital social da empresa Dighito passou de R\$ 2.000,00 para R\$ 1.655.000,00 após a assinatura do contrato de prestação de serviços com a Agehab.”

Além de sua atuação como presidente da Agehab, Marun é responsabilizado, especificamente, por dois termos aditivos que prorrogaram o contrato por 12 meses, “constando em todos eles reajustes abusivos, em especial o Termo Aditivo n.º 02/10, em que a parcela mensal em favor da empresa Dighito passou de R\$ 199.463,42 para R\$ 248.863,42, sem nenhum acréscimo de serviços ou atividades extras”.

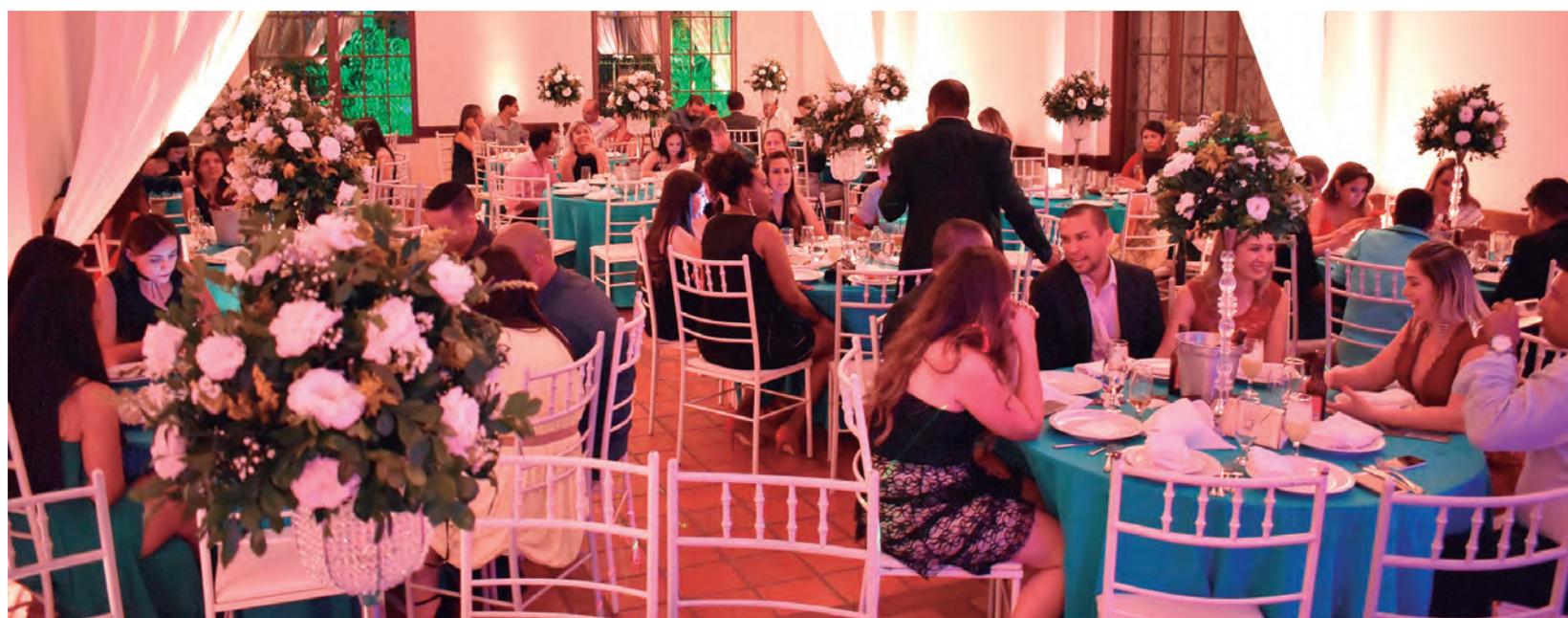
Associados prestigiaram o 1º Baile da Garrucha promovido pela Aspra-MS

II Promovido pela Associação dos Praças da Polícia e do Corpo de Bombeiros Militar de MS (Aspra-MS), o 1º Baile da Garrucha, realizado no dia 9 de dezembro, contou com a presença dos associados, amigos e familiares, proporcionando momentos de lazer e descontração. Na ocasião também foi realizada a prestação de contas do trabalho deste ano e todos os presentes assistiram um vídeo com a retrospectiva 2017.

Da Redação
redacao@publico.inf.br

De acordo com porta-voz da Aspra-MS, Rafael Ribeiro, o evento cumpriu o seu objetivo, que era o de promover a integração e a confraternização entre os associados. “Este foi um evento planejado desde o início do ano e tivemos respostas positivas de todos aqueles que estavam presentes. A partir do sucesso desta primeira edição, nossa intenção é que o Baile da Garrucha passe a integrar o calendário anual da Aspra-MS”, finalizou.

Durante a realização do evento, também foram realizadas homenagens para autoridades, diretores e colaboradores, pelo trabalho, empenho e dedicação com a institui-



ção durante todo o ano de 2017.

Para o Coronel da PM e presidente da Associação dos Oficiais Militares Estaduais de MS (AOFMS), Alírio Villasanti Romero, um dos homenageados da noite, é preciso ressaltar a importância de eventos como esse, que une os policiais e bom-

beiros militares de Mato Grosso do Sul. “O evento, além de belíssimo, proporcionou integração entre os militares que, de forma combativa, trabalham para a melhoria na qualidade de vida de todos”, disse o presidente da AOFMS, que parabenizou a todos os idealizadores do evento pela iniciativa.

